

DESEMPENHO DO COTISTA NO ENSINO SUPERIOR NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A APLICAÇÃO DA “LEI DE COTAS” DE 2012: UMA REVISÃO

Autor (1) Kênia Eliber Vieira (1); Orientadora (2) Betânia Alves Veiga Dell’Agli

(1) *Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. E-mail:keniaeliber@gmail.com*

(2) *Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – UNIFAE. E-mail: betaniaveiga@uol.com.br*

Resumo: O ensino superior brasileiro, nos estudos atuais sobre sua reforma e expansão, tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão das desigualdades raciais e sociais no acesso às suas instituições e na permanência nelas. Algumas universidades públicas já adotavam ações afirmativas, ao estabelecerem cotas e bônus em seus processos seletivos, mesmo sem a obrigatoriedade legal. Este artigo objetiva aprofundar o estudo sobre políticas de inclusão racial no Ensino Superior analisando o percurso acadêmico do aluno cotista no Brasil, anteriormente à aplicação da Lei 12711 de 2012, que estabeleceu a adoção das reservas de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior e Técnico. Trata-se de uma revisão da produção científica brasileira contida nas bases de dados SciELO, BIREME, LILACS e CAPES de estudos realizados antes da implantação da chamada “Lei de Cotas”. Foram selecionados 15 artigos que subsidiaram as análises. Os resultados demonstram que a adoção das cotas cumpriu com seu objetivo de inclusão social. As universidades que utilizaram alguma forma de ação afirmativa, pioneiramente, verificaram que os cotistas, após seu ingresso, conseguem um desempenho similar ao dos não cotistas. Com isso, pode-se discutir a construção de uma sociedade mais equânime, visto que a exclusão dessa população no processo seletivo de ingresso, significa quase sempre, sua exclusão do mercado de trabalho qualificado e de uma participação democrática na sociedade. Estes resultados esclareceram e justificaram a implantação da Lei de cotas, de forma a ampliar as políticas de igualdade social e racial na sociedade, auxiliando no reconhecimento do seu potencial inclusivo.

Palavras-chave: Cotas, justiça social, desempenho acadêmico, revisão.

1. Introdução

Os debates sobre reforma e expansão do ensino superior envolvem desafios no que se refere à resolução de problemas sobre desigualdades raciais e sociais, não somente no acesso às instituições, mas também na permanência nas mesmas (MOEHLECKE, 2004). Nesse sentido, um conjunto de políticas públicas vem sendo implementado a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas por aqueles que, em virtude de desigualdades históricas, de outra forma se encontrariam impossibilitados de frequentar o ensino superior (SANTANA, 2010). A avaliação da eficiência dessas políticas e do sucesso dos alunos que ingressam nas universidades por meio das mesmas se torna, dessa forma, tema de interesse das mais diversas áreas.

Dentre as muitas ações adotadas pelo governo nos últimos anos, na tentativa de reduzir as desigualdades existentes nessa modalidade de ensino estão, por exemplo, o financiamento, pelo Ministério da Educação ou pelas próprias universidades, de cursinhos pré-vestibulares comunitários para pessoas com vulnerabilidade socioeconômica; a

concessão de um maior número de bolsas de estudos e a isenção das taxas de inscrição para o vestibular, inclusive em instituições de ensino privadas etc. Mas a maior inclusão social nos últimos anos tem sido feita no ensino superior pela ampla adoção do sistema de cotas (GUARNIERI & MELO-SILVA, 2007).

A expressão “ações afirmativas” foi utilizada nestes termos, oficialmente nos Estados Unidos, relacionada a uma lei trabalhista que determinava a adoção de “ações afirmativas para colocar as vítimas nas posições onde elas estariam se não tivessem sido discriminadas” (The 1935 National Labor Relations Act apud GUIMARÃES, 2005a: 170). Segundo Domingues (2005), as cotas são mecanismos extremos de ação afirmativa e têm como objetivo a reserva de vagas para grupos minoritários, principalmente no acesso à universidade, ao mercado de trabalho e à representação política.

Para Gomes (2001), as ações afirmativas têm como objetivos: instigar e encorajar transformações na esfera cultural, pedagógica e psicológica, com o intuito de conter a discriminação ainda existente contra grupos marginalizados; introduzir a diversidade e fazer com que os grupos minoritários tenham representatividade nos diversos setores; e criar as chamadas “personalidades emblemáticas”, para que sejam fonte de inspiração e exemplo para as gerações mais jovens e apontar que é possível ter um espaço para investir na educação.

Neste contexto e considerando que se dispõe comprovadamente de significativo contingente de jovens sistematicamente excluídos da educação superior por um filtro de natureza econômica, e tendo em vista o papel social da Universidade, foram pensadas políticas públicas de ingresso nas Universidades federais e Instituições federais de ensino técnico de nível médio, voltadas à reparação da discriminação sócio racial, culminando na Lei 12711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre o ingresso e a reserva de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, considerando ainda a renda familiar e a utilização do censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

O impacto dessas reservas nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, já é percebido pela sociedade, que discute a questão de justiça social das cotas. Esta sociedade ainda é marcada fortemente pela cultura escravista, com o predomínio do poder privado sobre o público e onde as relações sociais são realizadas como relação entre um superior, que manda e um inferior, que obedece e o outro não é visto como igual, com direitos iguais,

relacionando as políticas que assumem a função de diminuir essas desigualdades, uma forma de favor.

Moehlecke (2002) aponta que aqueles que percebem o programa como um privilégio e não como um direito, tendem a ver esses programas como uma “discriminação ao avesso”, pois favoreceriam um grupo em detrimento do outro, além de contribuir para que esses grupos fossem vistos como inferiores e incapazes de conseguir realizar uma tarefa de acordo com seus próprios méritos.

Embora existam indicadores de que estudantes ingressantes pelo sistema de cotas tenham um desempenho igual ou até mesmo superior aos dos alunos que ingressaram pelo vestibular convencional, é preciso que haja mais investigações sobre o tema a fim de buscar maior visibilidade sobre como essas políticas auxiliam os estudantes na sua formação e qual a percepção dos mesmos sobre a sua capacidade de realizar as atividades educacionais referentes ao seu curso e quanto à qualidade da sua integração acadêmica. E o sucesso acadêmico e profissional não se esgota em um bom desempenho nas disciplinas, uma vez que o ingresso no ensino superior se constitui em um processo multidimensional.

Assim, com o intuito de investigar as pesquisas realizadas em Instituições de Ensino Superior que já adotavam algum sistema de ações afirmativas e verificar como o aluno cotista se desenvolve academicamente e nas relações, nos propomos a esta pesquisa de revisão. Este estudo poderá contribuir para as discussões a respeito da eficácia da utilização das cotas antes mesmo de sua aplicação de maneira mais ampla nas universidades.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão sobre as publicações com a temática de desempenho acadêmico dos alunos cotistas na Universidade. De acordo com Sampaio e Mancini (2006), estudos desta natureza são úteis para integrar resultados relevantes de pesquisas diversas, orientando futuras investigações.

Para seleção dos artigos, utilizou-se as bases de dados SciELO, BIREME, LILACS e CAPES por meio dos seguintes descritores: Desempenho acadêmico, Lei de Cotas, Permanência e Ações afirmativas. Como estratégia para selecionar, dentre o conjunto de materiais acessados, os artigos que comporiam a amostra deste estudo, foram excluídos aqueles que tratavam das políticas de cotas sem relacioná-la ao desempenho do aluno cotista, e foram incluídos os que apresentavam análise dos dados de desempenho acadêmico dos discentes após a implantação de políticas de ações afirmativas.

Foram selecionados 15 artigos para compor a amostra deste estudo. Todos foram sistematizados e tabulados a fim de auxiliar as análises posteriores tendo em vista o objetivo deste artigo de revisão.

3. Resultados e Discussões

Os registros coletados nos 15 artigos que compõe a amostra deste estudo estão tabulados na Tabela 1 por ordem cronológica de publicação.

Tabela 1. Registros coletados nos artigos que compõe a amostra deste estudo

Artigo	Sujeitos	Métodos	Objetivos	Resultados
QUEIROZ & SANTOS (2005) Sistema de cotas e desempenho de estudantes nos cursos da UFBA	Estudantes nos cursos da UFBA. Levantamento de estudos sobre o desempenho de estudantes na Universidade Federal da Bahia.		Dispor de dados para adentrar na avaliação do impacto das ações afirmativas nos espaços acadêmicos.	Confirmam a hipótese do bom desempenho de estudantes negros oriundos da escola pública. Os dados sobre o rendimento dos cotistas nos cursos demonstram que o sistema de cotas permitiu que estudantes de bom desempenho acadêmico ingressassem na UFBA;
BITTAR & ALMEIDA (2006) Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior.	Alunos selecionados pelo sistema de reserva de vagas para negros em 2004, dos cursos de direito e enfermagem. Foram entrevistados e também foram analisados documentos e legislações referentes à implantação desse sistema na UEMS.		Pretende identificar se esta política favorece o acesso e permanência dos alunos negros.	Identificou que a adoção da política de cotas apresenta-se como ação de enfrentamento as desigualdades. O Brasil evidencia-se como um país de extrema desigualdade e considerado o segundo país com maior população negra. Nesse sentido faz-se necessário implementar por meio de lei, políticas públicas que visem promover a igualdade de oportunidades, mesmo que seja de forma compensatória.
TESSLER (2006) Ação afirmativa sem cotas: O Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp	Análise comparativa cuidadosa dos resultados de desempenho acadêmico obtido nos anos anteriores		Apresentar o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS), da Unicamp. Apresentar os resultados obtidos do ponto de vista de inclusão social e desempenho acadêmico e discutir suas implicações.	O percentual de egressos de escola pública e de pretos, pardos e indígenas entre os matriculados atingiram os maiores índices da história. Em 56% dos cursos o Coeficiente de Rendimento médio dos beneficiados pelo PAAIS foi maior que o dos demais. É possível uma universidade conceber de forma autônoma um programa de ação afirmativa sem cotas, com resultados acadêmicos e sociais muito satisfatórios.

<p>CORDEIRO (2007)</p> <p>Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: Primeiras análises</p>	<p>Alunos do Curso de Direito do curso de Enfermagem, ambos com a maior concorrência no vestibular tanto nas cotas quanto nas vagas gerais e do curso de Biologia considerado um curso difícil no discurso dos docentes da área.</p>	<p>Descrever e avaliar os três anos da política de cotas para negros e indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e 14 Unidades do estado</p>	<p>A entrada de negros e indígenas na educação superior pelas cotas pode em pouco tempo causar mudanças no contexto acadêmico e na relação pedagógica entre professor/a e aluno/a, na estruturação do discurso pedagógico e nos currículos que estão em prática na academia.</p>
<p>VELLOSO (2009)</p> <p>Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília</p>	<p>Compararam-se as médias das notas de dois grupos de alunos em cada carreira, cotistas e não-cotistas, considerando o nível de prestígio social do curso e sua área do conhecimento do vestibular – Humanidades, Ciências e Saúde.</p>	<p>Discute o rendimento no curso de três turmas que ingressaram na UNB em 2004, 2005 e 2006, com dois sistemas de seleção, o de reserva de 20% das vagas para negros e o tradicional, de livre competição</p>	<p>Em aproximadamente 2/3 das carreiras não houve diferenças expressivas entre as médias dos dois grupos ou estas foram favoráveis aos cotistas. A principal tendência, foi a da ausência de diferenças sistemáticas de rendimento a favor dos não-cotistas, contrariando previsões de críticos à política.</p>
<p>FERRAZ, JELIHOVSCHI, & SILVEIRA, (2010)</p> <p>Análise do desempenho acadêmico do primeiro ano de implantação do sistema de reserva de vagas na UESC.</p>	<p>Alunos ingressantes na UESC após o sistema de reserva de vagas, em 2008. Dados secundários obtidos na Graduação. Variáveis: Coeficiente de rendimento; Número de disciplinas aprovadas e reprovadas; Resultado do semestre anterior; Situação da matrícula.</p>	<p>O trabalho pretende avaliar o desempenho acadêmico no primeiro ano de vigência das cotas.</p>	<p>De forma geral, o desempenho dos alunos cotistas e não cotistas é semelhante, contudo observou-se que há diferenças significativas de desempenho acadêmico apenas nos cursos de Direito, Medicina e Engenharia de Produção e Sistemas. Observou-se a existência de relação positiva entre desempenho no vestibular e desempenho acadêmico, principalmente para os alunos cotistas.</p>
<p>SANTOS (2011)</p> <p>Políticas de ação afirmativa: novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto</p>	<p>Análise do perfil socioeconômico e cultural e a trajetória acadêmica de estudantes que ingressaram na UFOP em 2009, participante ou não do PAA.</p>	<p>Identificar se tal medida pode ser considerada uma contribuição para o processo de democratização do Ensino Superior</p>	<p>Ainda que modestamente, e a despeito da necessidade de ajustes que a mesma possa requerer, o perfil dos estudantes da UFOP vem se alterando: pessoas oriundas de segmentos antes pouco representados estão se beneficiando com a ampliação dos cursos de graduação da instituição.</p>

<p>SANTOS & SANTOS (2011)</p> <p>UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE COTAS: o acesso e a permanência do cotista na Universidade do Estado da Bahia</p>	<p>Dados de desempenho dos estudantes nos vestibulares de 2005 e 2006, e seu desempenho durante o curso, nos dois primeiros semestres de 2005, comparando os cotistas e os não-cotistas.</p>	<p>Analisar o impacto da implantação do sistema de cotas em uma universidade federal, a UFBA.</p>	<p>O exame do desempenho dos estudantes que ingressaram na UFBA, pelo sistema de cotas, revela resultados bastante animadores, nos cursos das diversas áreas de conhecimento.</p>
<p>BELLO (2011)</p> <p>O processo de resiliência em Estudantes Cotistas negros da UFRGS</p>	<p>Foram entrevistados 04 homens e 06 mulheres, entre 20 e 33 anos, autodeclarados negros com bom desempenho acadêmico, que ingressaram na UFRGS em 2008, quando implantou o sistema de cotas.</p>	<p>Conhecer as motivações para o ingresso de negros na universidade pública, assim como os obstáculos ao longo do percurso</p>	<p>A resiliência é identificada nas trajetórias de vida desses estudantes. Superações frequentes, tanto em questões de perdas familiares, racismo, preconceitos, dificuldades econômicas, limitações de acesso a boas escolas, livros, cinemas, teatros, que não impedem a busca pela realização dos sonhos. Eles se tornam mais resistentes, buscam se reestruturar e crescer em resposta às situações de crise e aos desafios do cotidiano.</p>
<p>DALLABONA & SCHIEFLER FILHO (2011)</p> <p>Desempenho acadêmico de estudantes oriundos de Escolas Públicas: cursos de graduação do Campus Curitiba da UTFPR</p>	<p>Instituição que adota cotas sociais desde 2008. As comparações consideram o desempenho acadêmico, dos índices de evasão e de retenção, do sexo e do período de matrícula dos estudantes</p>	<p>Estudar o desempenho acadêmico de alunos cotistas de escolas públicas e alunos não cotistas, nos vinte cursos de graduação ofertados no <i>Campus Curitiba</i> da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.</p>	<p>Os resultados obtidos inferem a existência de diferenças de rendimento concentradas nos cursos de engenharia, embora estas sejam pequenas e menos relevantes que outras variáveis incluídas no estudo.</p>
<p>CARVALHO (2012)</p> <p>A produção acadêmico-científica sobre a política de Ações Afirmativas na UNICAMP</p>	<p>Foram analisadas, teses, dissertações, monografias e os artigos disponíveis no site da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares), sobre a política de Ações Afirmativas na UNICAMP</p>	<p>Realizar um “estado da arte” sobre a produção acadêmica da Unicamp a respeito das políticas de ações afirmativas.</p>	<p>A pesquisa mostrou a necessidade de políticas de inclusão social, para o acesso ao ensino superior, seja através de cotas ou bonificação, seguidas da importância do debate sobre o assunto. Os artigos apresentam-se contrários às cotas e ressaltam a importância da autonomia das universidades. As produções afirmam que as ações afirmativas não podem ser utilizadas para ocultar a educação de má qualidade.</p>

<p>SOUZA (2012)</p> <p>Desempenho dos candidatos no vestibular e o sistema de cotas na UERJ</p>	<p>Análise de regressão linear, obtidas na 2ª fase do Exame Vestibular de 2009. Após, os resultados estatísticos do modelo são interpretados</p>	<p>É o de realizar uma análise empírica do sistema de cotas da UERJ, adotado em 2003, e a pergunta central refere-se aos fatores que influenciam o desempenho dos candidatos.</p>	<p>Os resultados empíricos reforçam a importância do ambiente familiar no desempenho dos candidatos. O prestígio acadêmico, medido pela pontuação dos candidatos inscritos em cada carreira, também tem um comportamento expressivo e, ao que parece, representa o capital cultural exigido em cada carreira.</p>
<p>BUENO (2012)</p> <p>Reflexões sobre as políticas de ação afirmativa: A efetivação da reserva de vagas e o processo de inclusão dos primeiros cotistas nos cursos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS</p>	<p>Realizado em 03 cursos de graduação. Análise do Histórico Escolar dos primeiros ingressantes, comparando a progressão e a permanência dos cotistas (Egressos de Escola Pública e Autodeclarados Negros) em relação aos não-cotistas.</p>	<p>Refletir sobre as Políticas de Ações Afirmativas e a inclusão através do Sistema de Cotas; Analisar o Histórico Escolar dos primeiros ingressantes, comparando a progressão e a permanência dos cotistas em relação aos não-cotistas.</p>	<p>Os discentes cotistas demonstram aproveitamento e permanência semelhantes em relação aos não-cotistas, isso significa que a inclusão através do sistema de cotas não traz prejuízos a qualidade de ensino dos cursos analisados.</p> <p>Pôde-se constatar que a política de cotas, está repercutindo na inclusão de grupos sociais, incentivando o equilíbrio de percentuais entre esses e a população em geral, aumentando a diversidade e diminuindo a discriminação.</p>
<p>RODRIGUES (2012)</p> <p>Universidade Brasileira – Ações Afirmativas</p>	<p>50 estudantes do ProUni de cursos de Direito, Pedagogia, Ciências Sociais, Psicologia e Fonoaudiologia; 58 estudantes dos mesmos cursos do ProUni, para os dados de permanência.</p> <p>Análise de estudos já realizados. Entrevistas e análise de documentos dos bolsistas; Estudo longitudinal para verificação do desenvolvimento acadêmico.</p>	<p>Discutir a política de ação afirmativa ProUni, programa universidade para todos, e as cotas em universidades públicas brasileiras.</p> <p>Discutimos a permanência das ações afirmativas num país com desigualdades gritantes. Os conceitos de Bourdieu e outros dirigem a análise.</p>	<p>Contrariam a sociologia da educação, segundo Bourdieu, pois com este perfil, não eram esperados no ES. Conseguiram aproveitar e acompanhar e ficaram um pouco acima da média exigida para aprovação. As novas relações sociais estabelecidas, podem ter sido revertidas em capital cultural. O rendimento dos cotistas caiu com o passar do tempo, o que pode estar relacionado à má qualidade do ensino básico. As ações afirmativas são pontuais, promovendo uma acomodação frente aos problemas sociais educacionais. A forma de pagar a dívida com os negros, pardos, índios e brancos pobres é promovendo uma reforma de qualidade na escola básica.</p>

<p>BEZERRA & GURGEL (2012)</p> <p>A Política Pública de Cotas em Universidades, Desempenho acadêmico e Inclusão Social</p>	<p>Na UERJ e em uma de suas unidades regionais, a FFP (Faculdade de Formação de Professores), com alunos cotistas e não cotistas, em 2005, 2006 e 2008. Aplicação de questionários/ficha sociométrica aos alunos.</p>	<p>Demonstrar que a política de cotas além de proporcionar o acesso ao conhecimento, também pode funcionar como um caminho para a inclusão social. Inclusão, aqui entendida, como desempenho quantitativo dos cotistas, bem como a sua aceitação no novo grupo social na Universidade.</p>	<p>O desempenho dos cotistas é semelhante ao dos não cotistas, nos exercícios de 2005 e 2006.</p> <p>A receptividade favorável ao aluno cotista pode ser um dos grandes responsáveis pelo seu desenvolvimento acadêmico satisfatório, consequentemente, pela sua inclusão acadêmica.</p> <p>Pode-se entender que o sistema de cotas alcançou seu objetivo, qual seja, incluir o estudante cotista no ambiente da educação e apontar para possibilidades mais amplas na sociedade civil. Ficou evidente que se trata de uma política provisória e transitória, a que não se deve acomodar a educação brasileira.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Foram encontradas publicações no período de 2005 a 2012, o que evidencia que a adoção de políticas de reserva de vagas nas universidades públicas é nova no Brasil, sendo a UERJ, a pioneira, em virtude de lei estadual em 2002 e a UNB a primeira universidade Federal a adotar um sistema de ação afirmativa para o ingresso. Com isso, percebe-se que é recente a preocupação com a aplicação de políticas públicas que visem o fim de discriminações e incentivem a igualdade social e racial, apesar da historicidade da escravidão brasileira e exclusão de algumas classes do sistema de educação superior, do trabalho e social. Em uma sociedade que desperta para questões humanitárias, estas políticas são tidas como necessárias, pois estão ligadas não somente a sobrevivência (como habitação, meio ambiente), mas principalmente ao direito à diferença na promoção de direitos essenciais (SPOSATI, 1988).

Apesar de a UERJ ter sido a pioneira, as políticas de ações afirmativas foram sendo incorporadas gradativamente pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, como podemos observar neste levantamento, onde encontramos estudos nas universidades de diversas localidades brasileiras, de caráter tanto federal quanto estadual, demonstrando que esta política, independentemente da aplicação da lei federal 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012), já havia sido adotada em grande parte das Instituições, tendo em vista a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades.

Aproximadamente 68% dos artigos evidenciam aproveitamento acadêmico similar entre cotistas e não-cotistas e nenhuma das pesquisas mostra uma relação desfavorável ao cotista quanto ao desempenho. Além disso, mostram também que a evasão entre os estudantes favorecidos pelas políticas de reserva de vagas é praticamente

inexistente. Podemos destacar que 37% dos artigos foram publicados em 2012, reforçando o reconhecimento e a aplicação da Lei Federal, em virtude dos resultados positivos encontrados nos estudos.

56% dos estudos mostram que a adoção da política de cotas atingiu seu objetivo de inclusão das categorias sociais favorecidas pelas ações afirmativas, visto que estes estudantes estariam fora das Instituições de Ensino Superior Público se não lhes fossem reservadas estas vagas no ingresso.

Destaca-se ainda que 03 artigos relacionam o bom aproveitamento dos estudantes cotistas à receptividade e aceitação recebida pelos demais estudantes, confirmando que sua inclusão na comunidade acadêmica pode ser um diferencial positivo para seu desenvolvimento.

4. Conclusão

Os resultados encontrados revelam que, a adoção da política de cotas apresenta-se efetivamente como ação de enfrentamento às desigualdades, apesar de estarmos inseridos numa sociedade que apresenta diferenciações de oportunidades em várias áreas. Portanto, principalmente com a inclusão educacional, com a garantia de acesso aos bens culturais e intelectuais por todos os cidadãos, pode-se desfazer a concepção tradicional de manutenção do status quo de uma elite intelectual e econômica.

Além do objetivo claro de reparação histórica, a ação afirmativa também tem por finalidade promover mais diversidade no sistema educacional; avanço da mobilidade horizontal e vertical na sociedade; aumento do comprometimento dos trabalhadores com os padrões internacionais de trabalho (FERES e DAFLON, 2011).

Como pudemos observar, a política cumpre com seu objetivo de inclusão social e que ao contrário das previsões de diminuição de qualidade no Ensino Superior, as universidades que adotaram esta política pioneiramente, verificaram que estes estudantes, após o ingresso, conseguem um desempenho similar ao dos não cotistas. Portanto, seu progresso pode significar uma sociedade mais justa e equânime, visto que a exclusão dessa população no processo seletivo de ingresso, significa sua exclusão no Ensino Superior e conseqüentemente do mercado de trabalho qualificado.

A Lei de Cotas, apesar de paliativa e insuficiente para a real inclusão, apresenta-se como essencial para acesso dos estudantes de etnias diversas e classes sociais baixas à Universidade. Esta política procura equiparar as oportunidades de acesso, condição mínima necessária para o atendimento ao papel principal da educação.

Como finalidade, a educação deve levar em consideração não apenas seu papel intelectual na transmissão de conhecimento e formação técnica especializada, mas também e principalmente, sua vertente transformadora do indivíduo e da sociedade. Pelo aspecto do desenvolvimento humano, a tolerância e a convivência com a diversidade no cotidiano da vida escolar são fundamentais para a construção de uma sociedade mais disposta a respeitar opiniões e formas de agir, pensar e sentir diferentes, se tornando assim, mais justa e igualitária.

5. Referências

- BRASIL, 2012. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 30.08.2012 (a).
- DOMINGUES, P. (2005). Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, 29, 164-176.
- FERES Jr, J.; DAFLON, V.; CAMPOS, L. A. A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2011, pp. 1-20.
- GOMES, J. B. B. (2001). Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar.
- GUARNIERI, F. V. e MELO-SILVA, L. L. (2007). Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 70-78.
- GUIMARÃES. A. A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2005a. 2ªed
- MOEHLECKE, S. (2002). Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217.
- MOEHLECKE, S. (2004). Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educação e Sociedade*, 25(88), 757-776.
- SANTANA, E. B. (2010). As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(69), 736-760.
- SPOSATI, A.O. et al. Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo: Cortez, 1985.
- CORDEIRO, M. J. de J. Alves. Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS: primeiras análises. In: BRANDÃO, André Augusto (Org). *Cotas raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p. 81-114.

TESSLER, L. R.. Ação afirmativa sem cotas: o programa de ação afirmativa e inclusão social da Unicamp. In: Simpósio Universidade e Inclusão Social: Experiência e Imaginação, 22- 24 nov. 2006, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. M.. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. Educar em Revista, 28, Curitiba. 2006.

SANTOS, A.. Política de Ação Afirmativa: novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em 200 Educação). UERJ, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias – RJ, 2011.